

COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

18º Boletim de Acompanhamento

16 de outubro de 2020

Nesta semana será divulgado o décimo oitavo boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

1. AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 13 de outubro de 2020, foi realizada audiência pública para discutir as dificuldades da retomada do crescimento econômico diante da dificuldade de acesso ao crédito por parte das micros e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais; e a falta de previsão orçamentária direcionada para políticas públicas de crédito para os pequenos negócios no Orçamento de 2021. Foram convidados para essa audiência os Senhores Neudson Peres de Freitas, Gerente-geral da Unidade Clientes do Banco do Brasil; Silas Santiago, Gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional; Ercílio Santinoni, Presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais – CONAMPE; Celso Leonardo Barbosa, Vice-Presidente de Negócios e Varejos da Caixa Econômica Federal; Luciano Quinto Lanz, Chefe do Departamento de Conformidade e Prevenção a Fraudes do BNDES; Gilneu Vivan, Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro do BACEN; Rosi Dedekind, Presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais de Santa Catarina – FAMPESC; Luiz Lesse Moura, Representante da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – CONFEBRAS; Celso Leonardo, Representante da Organização das Coopertativas do Brasil – OCB; Cláudia Cisneiros, Presidente da Associação Brasileira das Organizações de Microcrédito e Finanças – ABCRED; Bruno Laskowsky, Diretor do Departamento de Conformidade e Prevenção a Fraudes do BNDES; Cíntia Ebert Huang, Vice-Presidente da Uniajo e Inovação, e Francisco Reposse Júnior, Diretor Comercial e de Canais do Sicoob, representando a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);

Os principais aspectos abordados pelo Senhor Ercílio Santinoni foram:

- As micro e pequenas empresas precisavam de R\$ 200 bilhões para superar a crise e conseguiram R\$ 180 bilhões. Por outro lado, os recursos não foram

distribuídos de forma simétrica e muitas microempresas pequenas não conseguiram acessar as linhas de financiamento.

- As microempresas menores precisam de tratamento especial, já que não têm as mesmas condições de acesso a crédito que as maiores.
- O Pronampe atendeu proporcionalmente mais as pequenas empresas do que microempresas.
- A situação das micro e pequenas empresas não é tão drástica a ponto de comprometer a capacidade de pagamento e estão aptas a receber linhas de crédito.
- É preciso reorganizar a recuperação judicial para ajudar aqueles que vão ter problemas.
- A Conampe está desenvolvendo um programa à distância chamado Associativismo 4.0, com o apoio do Sebrae Nacional.
- Também estão assessorando os candidatos a prefeito para fomentar as atividades dos municípios.
- A instituição vem atuando em alguns eixos: inserção digital da micro e pequena empresa e do MEI para vendas através da Internet, criação e formação de parcerias através de centrais de compras, centrais de vendas e programa de formação de lideranças, com foco em prefeitos e vereadores.

O Senhor Gilneu Vivan trouxe os seguintes esclarecimentos:

- O Banco Central tem atuado ativamente na elaboração e na implementação dos programas, tendo atuado no PESE, no Peac- FGI, Peac-Maquinhas e no CGPE.
- O Banco Central adotou várias medidas para reduzir os impactos da crise, especificamente em relação às pequenas e médias empresas. Pode-se citar a facilitação à renegociação das dívidas, que resultou na repactuação de 33% do estoque de crédito para pequenas e médias empresas.
- Foram flexibilizadas as regras do depósito compulsório para poupança, 30% que hoje podem ser cobertos com operações de créditos para pequenas e médias empresas.
- O Banco Central também tem uma agenda pública de melhorias chamada BC#, na qual há vários pilares de atividades de inclusão, por exemplo, em que é incentivada a concorrência e o cooperativismo.
- Com relação ao efeito da dívida pública sobre o sistema financeiro, o aumento da dívida combinada com a percepção da capacidade de pagamento do Governo é o que gera aumento do risco do sistema financeiro e, por fim, um aumento do custo de captação geral, de todos os entes.
- Em relação ao crowding out, o ponto central aqui é a competição que se dá entre o nível de juros, o nível de endividamento e a rentabilidade de cada negócio. Então, hoje, com os juros de 2%, a gente acredita que é uma taxa que efetivamente estimula a economia.

O Senhor Luiz Lesse Moura apresentou as seguintes contribuições:

- O sistema cooperativo cumpriu a missão que lhes foi incumbida de disponibilizar créditos para os micros, pequenos e médios empresários.

- O sistema nacional tem cinco grandes subsistemas: o Sicoob, o sistema Sicredi, o sistema Unicred, o sistema Cresol, Ailos e outras cooperativas de subsistemas menores.
- O cooperativismo não cresce ainda no patamar que o país precisaria, considerando as vantagens desse sistema, por uma questão cultural, uma questão de educação.

A Senhora Cláudia Cisneiros teceu os seguintes comentários:

- É preciso chamar a atenção sobre a importância das OSCIPs de crédito no Brasil.
- A ABCRED representa as OSCIPs de microcrédito no Brasil.
- As OSCIPs de microcrédito no Brasil já têm uma história de quase 35 anos. A organização tem 1.130 funcionários e 559 agentes de crédito, sendo estes os profissionais que atendem o empreendedor, o pequeno empreendedor, o pequeno empresário.
- A maioria desses empresários não têm uma qualificação profissional adequada para tomar um crédito sem orientação.
- O sistema tem tido muita dificuldade, porque apesar de terem tido acesso ao Pronampe, há pontos básicos que dificultam a sua operação. As taxas de juros dos empréstimos são muito pequenas para as OSCIPs poderem operacionalizar.
- Fazer microcrédito produtivo orientado não é barato porque o assessor de crédito conhece o cliente lá na base. Ele vai lá fazer a visita, conhecer as dificuldades desse empreendedor.
- Sugere-se que as OSCIPs tenham alíquotas diferenciadas de impostos, porque pagam impostos como uma empresa comum, o que aumenta os custos.

A Senhora Cintia Huang indagou se a Caixa cobra juros adiantados de 5,6% na linha de crédito do Pronampe. O Senhor Celso Barbosa informou, pela Caixa Econômica Federal, que se trata de um seguro prestamista de caráter não obrigatório e se colocou a disposição para esclarecer a questão. Além disso esclareceu que:

- As áreas mais afetadas pela crise foram a educação infantil, creches e centros de educação infantil (CEI's), a área de eventos (fotógrafos, floristas, cerimonialistas, casas de festas, bares, restaurantes e turismo).
- As medidas de flexibilização trabalhista ajudaram a mitigar os efeitos da crise para as empresas, já que com a redução dos custos com os trabalhadores, foi possível se manterem durante a pandemia.

O Senhor Francisco Reposse Júnior trouxe as seguintes contribuições ao debate:

- A inadimplência foi muito observada no início da pandemia, mas tivemos a permissão de uma contabilização do Banco Central em que, com as prorrogações, a gente manteria o nível de risco.
- O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo prorrogou todas as operações que foram procuradas e algumas delas inclusive que o próprio sistema buscou as pessoas jurídicas e físicas para poder fazer as prorrogações.
- Os níveis de inadimplência no sistema estão no mesmo patamar de antes da pandemia.

O Senhor Celso Leonardo fez as seguintes contribuições:

- O cooperativismo de crédito teve uma representação dentro daqueles limites que foram atribuídos, principalmente no Pronampe.
- As cooperativas de crédito participaram dessa modalidade de financiamento com pouco mais de 20% da colocação desses recursos do Pronampe.
- O ticket médio foi abaixo de R\$50 mil, possibilitando o atendimento de um universo maior das micro e pequenas empresas.
- As cooperativas ainda estão trabalhando dentro dos limites na PEAC, das quais respondem por quase 5% das operações.

A Senhora Rosi Dedekind abordou os seguintes aspectos:

- A micro e pequena empresa tem uma grande dificuldade histórica de acesso ao crédito.
- Há uma preocupação com a falta de acesso a crédito e a juros acessíveis que podem dificultar a retomada da economia e a geração de empregos.
- Sem crédito, haverá dificuldade em repor estoques e fazer a economia girar.
- O acesso a crédito melhorou na pandemia, em razão do Pronampe, mas há a necessidade de que o programa continue após a pandemia.
- O acesso ao crédito e a capacitação dos empresários são fundamentais para aumentar a produtividade de nosso país.
- Relativamente à produtividade, micro e pequenas empresas têm problemas de competitividade com relação a outros países;
- A legislação hoje permite a entrada de produtos da China e da Coreia, em condições para as quais o pequeno empresário não está estruturado;
- A Confederação está trabalhando em capacitar essas empresas para que aumentem a sua produtividade para poder enfrentar a concorrência internacional;

Principais aspectos abordados pelo Senhor Neudson Peres de Freitas:

- Desde março de 2020, o Banco do Brasil instalou um plano de contingência para apoiar seus clientes durante a pandemia, especialmente pequenas e microempresas. Foram renovados automaticamente mais de 350 mil limites de crédito de clientes do banco. Estão sendo feitas liberações de linhas de crédito com pelo menos seis meses de carência e 36 meses de prazo para pagar.
- Foram flexibilizadas diversas regras operacionais de produtos para promover maior agilidade na assistência aos clientes, como prorrogação de validade de certidões e permissão para utilização de alguns documentos por meio eletrônico.
- As equipes de atendimento foram ampliadas e foram reforçadas iniciativas para consultoria e educação financeira, algumas em parceria com o Sebrae nacional e o Sebrae local.
- Desde o início da pandemia, o Banco do Brasil já contratou mais de R\$ 55 bilhões em crédito para o segmento de micro e pequenas empresas.

O Senhor Silas Santiago fez, entre outras, as seguintes ponderações que merecem ser destacadas:

- Diversas empresas passaram cinco meses com expressiva redução no faturamento e a retomada está ocorrendo de forma bem heterogênea. Alguns segmentos econômicos estão ainda com muita dificuldade, como o turismo e a economia criativa. Segundo última pesquisa realizada pelo Sebrae, considerando as micro e pequenas empresas, há cerca de R\$ 106 bilhões em passivos acumulados.
- É muito importante que especialmente três projetos que estão tramitando no Congresso Nacional sejam aprovados. O primeiro é o Projeto de Lei Complementar nº 200, de 2020, que concede moratória de tributos devidos entre 01/04/2020 e 30/09/2020, sob o regime do Simples Nacional; permite parcelamento do débito; proíbe a exclusão do regime do Simples Nacional de pequenas empresas que possuam débito com a Fazenda Pública, enquanto durar a calamidade pública da Covid-19; permite o acesso a dados fiscais pelo SEBRAE, para prevenção da inadimplência e identificação do porte das empresas. O segundo é o Projeto de Lei Complementar nº 224, de 2020, que institui o Programa de Renegociação Extraordinária de Dívidas do Simples Nacional. O terceiro é o projeto do marco legal do empreendedorismo para reorganizar a forma como as empresas irão organizar os seus passivos e recomeçar sob outros parâmetros.
- Apesar das medidas que foram adotadas, grande parte dos recursos ainda não chegou às pequenas empresas. Cerca de 50% não chegaram a procurar crédito, e considerando o grupo que buscou crédito, apenas 30% conseguiram. Ressaltou a importância de que a concessão do crédito seja assistida pelo Sebrae que avaliará se a empresa é realmente viável, se há capacidade de pagamento e qual o montante do crédito necessário.

Principais tópicos mencionados pelo Senhor Celso Leonardo Barbosa:

- A concessão de crédito assistido por meio da assessoria do Sebrae é muito importante. Isso porque graças a essa parceria, o microempreendedor saberá melhor como utilizar os recursos obtidos.
- Considerando o Fampe (Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas), o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e o BNDES FGI (Fundo Garantidor para Investimentos), são mais de 20 bilhões destinados a quase 200 mil empresas.
- A Caixa Econômica, por meio do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), possibilita o acesso ao crédito com taxas diferenciadas para pequenos produtores organizados em cooperativas da agricultura familiar.

Merecem destaque os seguintes pontos da fala do Senhor Bruno Laskowsky:

- No âmbito do BNDES foi disponibilizado cerca de R\$ 150 bilhões em linhas de crédito. Até semana passada foram utilizados algo em torno de R\$ 115 bilhões. São mais de 240 mil empresas e oitos milhões de empregos impactados com esses recursos.
- O BNDES tem um programa de giro da pequena e média empresa que envolve um montante em torno de R\$ 8 bilhões. Nesse contexto são 25 mil empresas impactadas.

- Um dos programas mais importantes é o PEAC (Programa Emergencial de Acesso a Crédito) FGI, que tem foco na pequena e na média empresa. São mais de 60 bilhões de reais.
- Foram realizadas diversas lives para informar sobre as linhas disponíveis. Participaram mais de 200 entidades empresariais.

O Senhor Luciano Quinto Lanz incluiu em sua fala os seguintes aspectos:

- O BNDES disponibilizou vídeos explicativos no YouTube que já têm mais de 300 mil visualizações.
- Foram realizados webinários e lives com mais de cinco mil participantes. Também foram criados e-mails específicos para atendimento. São cerca de 65 mil atendimentos realizados pelo BNDES.

2. SUB-RELATORIA MINISTÉRIO DA SAÚDE

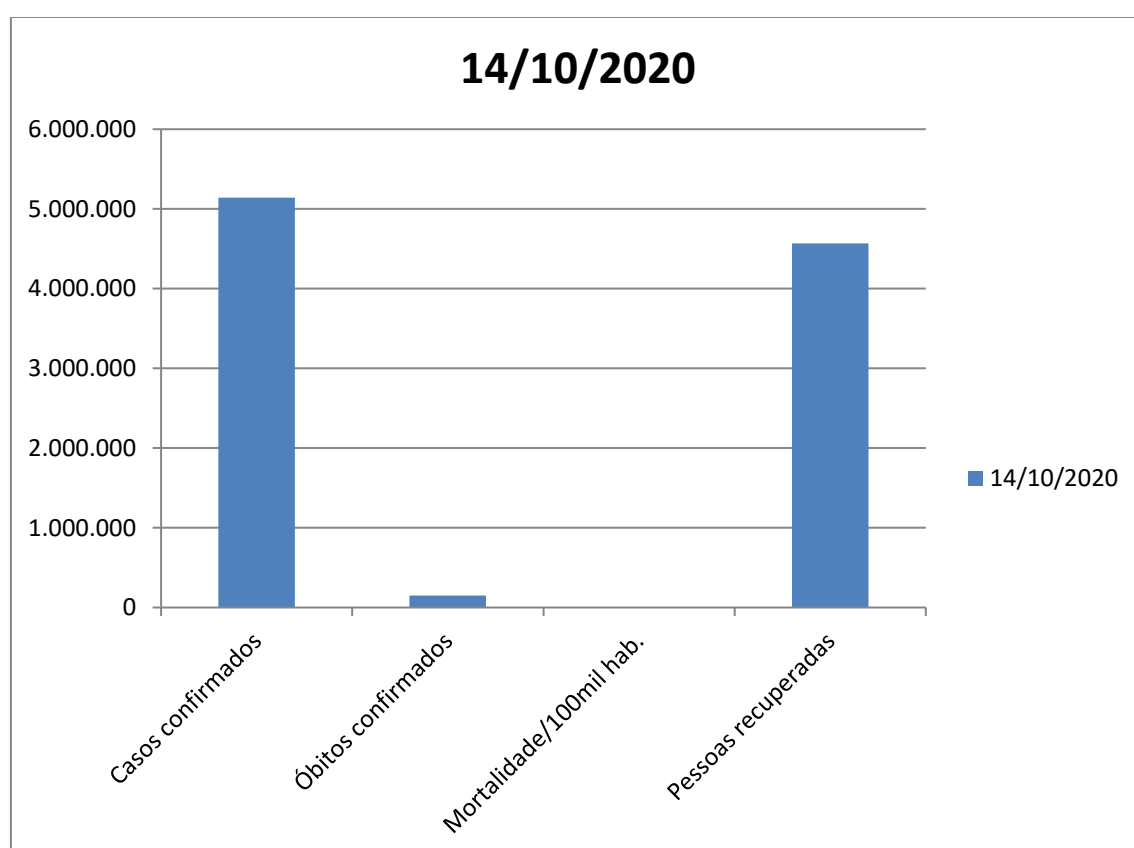
2.1. Dados Consolidados pelo Ministério da Saúde

Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

No dia 14 de outubro de 2020, o Ministério da Saúde registrou 5.140.863 casos confirmados da COVID-19 no país. Quanto ao número de óbitos, foram consignadas 151.747 mortes. A mortalidade por 100mil habitantes foi de 72,2.

Nessa mesma data, o Ministério da Saúde informou que o Brasil registra 4.568.813 casos de pessoas recuperadas.

Em termos gráficos, tais informações poderiam ser assim consolidadas.



2.2. Informações Divulgadas pela Imprensa

Segundo dados de 14 de outubro de 2020, a imprensa noticiou 151.971 mortes e 5.148.345 casos confirmados de COVID – 19.

O novo coronavírus subiu em apenas um Estado: PI. Manteve-se estável no: RJ, DF, AC, AL, MA, PB e SE. E, por fim, caiu nos seguintes Estados: PR, RS, SC, ES, MG, SP, GO, MS, MT, AM, AP, PA, RO, RR, TO, BA, CE, PE e RN.

2.2.1. Cenário de 8 a 15 de outubro de 2020.

No cenário nacional, em 8 de outubro, o Consórcio de veículos de imprensa divulgou que a média móvel de mortes no Brasil nos últimos 7 dias foi de 610, sendo o menor índice desde o dia 10 de maio¹. Em 14 de outubro foi noticiado² que a média móvel de mortes por Covid-19 no Brasil ficou abaixo de 500.

No cenário internacional, em 10 de outubro foi noticiado que Países europeus, como França, Holanda, Portugal e Rússia, informaram a maior concentração diária de novos casos desde o início da pandemia. Juntos, registraram mais de 47 mil casos em um único dia³.

No cenário mundial, em 15 de outubro⁴, foram registrados o total de 38.744.784 casos confirmados e o número de 1.094.979 mortes no mundo. O Brasil segue como o terceiro país do mundo em número de casos de Covid-19 e o segundo em mortes, atrás apenas dos Estados Unidos.

2.2.2. Conass pede que Ministério da Saúde inclua vacina do Butantan em cronograma nacional.

O Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – Conass enviou um ofício, em 15/10/2020, ao Ministro da Saúde, solicitando a inclusão da Coronavac no Programa Nacional de Imunização. O Documento alega que a candidata chinesa, está em fase avançada de testagem, com a disponibilidade imediata, prevista para dezembro⁵. A preocupação, segundo os secretários, é a de que o governo federal não se envolva na definição das estratégias de produção e de distribuição da vacina desenvolvida em São Paulo a partir de parceria com a empresa Sinovac⁶.

2.2.3. Conasems defende a transposição de recursos da Covid-19 para 2021.

O secretário-executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Conasems, Mauro Junqueira, defendeu a transposição para o próximo ano dos recursos destinados ao enfrentamento da Covid-19 não utilizados pelos municípios brasileiros, nos termos propostos pelo PL 4.078/2020. Segundo o Secretário, os municípios já receberam, do Ministério da Saúde, 88% do previsto, mas a maior parte do dinheiro só entrou nas contas das prefeituras a partir de agosto, o que deixou o prazo

¹ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/08/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-8-de-outubro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>

² <https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-media-movel-de-mortes-no-brasil-fica-abaixo-de-500-pelo-segundo-dia-seguido-24692451>

³ <https://www.metropoles.com/mundo/paises-europeus-batem-recorde-de-registro-diario-de-novos-casos-de-covid-19>

⁴ <https://coronavirus.jhu.edu/>

⁵ <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/10/4882400-secretarios-de-saude-defendem-vacina-chinesa-junto-a-pazuella.html>

⁶ <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/secretarios-pedem-em-carta-que-pazuella-inclua-vacina-do-butantan-em-cronograma-nacional/>

para execução apertado. Os gestores municipais e estaduais alegam que a atual crise sanitária pode perdurar durante parte do próximo ano⁷.

2.3. Pesquisa, Ciência e Inovação.

2.3.1. Ciência estuda casos de reinfecção por Covid-19.

Um estudo realizado por pesquisadores do Laboratório de Saúde Pública do Estado de Nevada e da Universidade de Nevada, nos Estados Unidos, confirmou o primeiro caso de reinfecção pela Covid-19 no país. O paciente analisado testou positivo para duas infecções por diferentes variantes do Sars-CoV-2 em um espaço de tempo de 48 dias. Esse é o quinto caso reconhecido em todo o mundo⁸.

2.3.2. Anvisa suspende testes de vacina contra covid-19 após evento adverso ocorrido no exterior.

Após comunicado da paralisação dos testes da vacina contra a covid-19 desenvolvida pela empresa Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda, divisão farmacêutica da Johnson & Johnson, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou que vai investigar os dados e então decidirá pela continuidade do estudo. Até a decisão, os testes continuarão paralisados⁹.

2.3.3. Fases das principais vacinas em desenvolvimento.

Dados de 14 de outubro¹⁰: Segundo divulgado por Business Insider, o caminho percorrido pelas principais vacinas em desenvolvimento no mundo, apresenta seis propostas de imunizantes na fase três de testes¹¹.

⁷ <https://www.anasps.org.br/secretarios-de-saude-querem-permissao-para-gastar-recursos-da-covid-ate-fim-de-2021/>

⁸ <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/10/primeiro-caso-de-reinfeccao-pela-covid-19-nos-eua-e-confirmado.html>

⁹ <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,anvisa-suspende-testes-de-vacina-contracovid-19-apos-evento-adverso-ocorrido-no-exterior,70003473817>

¹⁰ <https://oglobo.globo.com/sociedade/russia-registra-segunda-vacina-contracovid-19-24691800>

¹¹ Legenda das Fases: Pré-clínico: testes em animais e amostras de laboratório / Fase 1: Testes em humanos para avaliar segurança / Fase 2: Testes em humanos para avaliar resposta imune / Fase 3: Testes em humanos para avaliar eficácia / Aprovação: Liberada para comercialização e distribuição

Vacina	Pré-clínico	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Uso emergencial	Aprovação
AstraZeneca/Oxford	●	●	●	●		
Moderna	●	●	●	●		
Pfizer/BioNTech	●	●	●	●		
Sinopharm	●	●	●	●		
Sinovac	●	●	●	●		
Inovio	●	●	●			
Novavax	●	●	●			
Johnson & Johnson	●	●	●	●		
Sanofi/GSK	●	●	●			
Anhui Zhifei	●	●	●			
Bharat Biotech	●	●	●			
CanSino Biologic	●	●	●			
Academia Chinesa de Ciências Médicas	●	●	●			
Imperial College London	●	●	●			
Kentucky Bioprocessing	●	●	●			
Sinopharm	●	●	●			
Takara	●	●	●			
Zydus	●	●	●			

Fonte: Business Insider

2.4. Orçamento da Saúde

Destaca-se que o Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2021 (PLOA2021) previu o orçamento de R\$ 124,6 bilhões em ações e serviços públicos de saúde (ASPS)¹².

Para ilustrar o referido montante, elaborou-se a seguinte tabela comparativa, delineando os valores destinados para ações e serviços públicos de saúde (ASPS) nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021.

PLOA-ANO	Valor do orçamento da saúde (em bilhões)
2018	R\$ 119 bilhões ¹³

¹² https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/raio-x-do-orcamento-previdencia/informativo_ploa-2021

¹³ <https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-informativos/ntc-4-2017-subsidios-a-apreciacao-do-projeto-de-lei-orcamentaria-para-2018-pl-no-20-2017-cn-1>

2019	R\$ 117,5 bilhões ¹⁴
2020	R\$ 122,2 bilhões ¹⁵
2021	R\$ 124,6 bilhões

Destaca-se que, no tocante ao ano de 2020, o valor inicialmente aprovado foi majorado em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

2.5. Atividades Importantes do Ministério da Saúde

2.5.1. Ministério da Saúde prevê 140 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 no primeiro semestre de 2021

O Ministério da Saúde anunciou a previsão de 140 milhões de doses da vacina para Covid-19. A expectativa é que a população tenha acesso à vacina a partir de janeiro de 2021, após aprovação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A pasta tem investido na melhoria de parques tecnológicos, como a Fiocruz e o Butantan, para fortalecer o Programa Nacional de Imunização brasileiro e ampliar a capacidade de produção nacional.

Em um primeiro momento, as vacinas serão ofertadas pelo laboratório AstraZeneca, responsável pelo desenvolvimento da vacina de Oxford, e pelo consórcio internacional Covax Facility. *“Somando as duas iniciativas, a expectativa é que tenhamos cerca de 140 milhões de doses disponíveis para a população brasileira já no primeiro semestre de 2021, via Programa Nacional de Imunização (PNI)”*, assegurou o secretário executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco. Após a incorporação de tecnologia em uma segunda fase, a previsão é que a capacidade de produção seja de mais 165 milhões de doses no ano que vem.

Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47594-ministerio-da-saude-preve-140-milhoes-de-doses-de-vacinas-contra-a-covid-19-no-primeiro-semester-de-2021>.

2.5.2. Brasil registra 4.568.813 de pessoas recuperadas

O Brasil já registra mais de 4,5 milhões de pessoas curadas da Covid-19. No mundo, estima-se que pelo menos 24,1 milhões de pessoas diagnosticadas com Covid-19 já se recuperaram. O número de pessoas curadas no Brasil é superior à quantidade de casos ativos (420.303), que são os pacientes em acompanhamento

¹⁴ <https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-informativos/ploa-2019-projeto-de-lei-orcamentaria-anual-para-2019-pln-27-2018>

¹⁵ https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/raio-x-do-orcamento-previdencia/informativo_ploa-2021

médico. O registro de pessoas curadas já representa a grande maioria do total de casos acumulados (88,9%).

A doença está presente em 99,8% dos municípios brasileiros. Contudo, mais da metade das cidades (3.545) possuem entre 2 e 100 casos. Em relação aos óbitos, 4.608 municípios tiveram registros (83%), sendo que 740 deles apresentaram apenas um óbito confirmado.

O Governo do Brasil mantém esforço contínuo para garantir o atendimento em saúde à população, em parceria com estados e municípios, desde o início da pandemia. O objetivo é cuidar da saúde de todos e salvar vidas, além de promover a saúde da população.

Dessa forma, a pasta tem repassado verbas extras e fortalecido a rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com envio de recursos humanos (médicos e profissionais de saúde), insumos, medicamentos, ventiladores pulmonares, testes de diagnóstico, habilitações de leitos de UTI para casos graves e gravíssimos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) para os profissionais de saúde.

O Ministério da Saúde já destinou aos 26 estados e ao Distrito Federal R\$ 177,2 bilhões, sendo que desse total foram R\$ 133 bilhões para serviços de rotina do SUS, e outros R\$ 44,2 bilhões para a Covid-19. Também já foram comprados e distribuídos mais de 24 milhões de unidades de medicamentos para auxiliar no tratamento do coronavírus, 281,2 milhões de EPI, mais de 15,5 milhões de testes de diagnóstico para Covid-19 e 79,9 milhões de doses da vacina contra a gripe, que ajuda a diminuir casos de influenza e demais síndromes respiratórias no meio dos casos de coronavírus.

O Ministério da Saúde, em apoio a estados e municípios, também tem ajudado os gestores locais do SUS na compra e distribuição de ventiladores pulmonares, sendo que já entregou 11.188 equipamentos para todos os estados brasileiros.

As iniciativas e ações estratégicas são desenhadas conforme a realidade e necessidade de cada região, junto com estados e municípios, e têm ajudado os gestores locais do SUS a ampliarem e qualificarem os atendimentos, trazendo respostas mais efetivas às demandas da sociedade. Neste momento, o Brasil possui 5.140.863 casos confirmados da doença, sendo 27.235 registrados nos sistemas nacionais nas últimas 24h.

Em relação aos óbitos, o Brasil possui 151.747 mortes por coronavírus. Nas últimas 24h, foram registrados 749 óbitos nos sistemas oficiais e 385 óbitos ocorreram nos últimos três dias. Outros 2.388 permanecem em investigação.

Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47615-brasil-registra-4-568-813-de-pessoas-recuperadas>.

2.6. Atividades Importantes do Legislativo.

2.6.1. Projeto de Lei n.º 4.078/2020, aprovado no Senado Federal, que dá mais um ano para uso de recursos contra covid-19, aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

O Senado Federal aprovou o PL 4.078/2020, que estende o prazo para que estados e municípios utilizem os recursos recebidos da União para ações de enfrentamento da pandemia.

O prazo atual se encerra no final do ano — e os recursos que não forem executados nesse período podem ser devolvidos ao Tesouro Nacional. Nesse sentido, o projeto prorroga o prazo até 31 de dezembro de 2021.

O texto foi recebido, em 11 de setembro, na Câmara dos Deputados, conta com Requerimento de Urgência apresentado, nos termos do Art. 155 do RICD, e aguarda despacho do Presidente da Câmara¹⁶.

2.6. Conclusão

O Ministério da Saúde tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus. Destaca-se, ainda, o apoio da União aos Estados da Federação e, bem assim, o expressivo número de pessoas recuperadas da doença.

Reiteramos que, apesar da supracitada atuação, é preciso lembrar que o país ainda não superou a pandemia e que esforços devem continuar sendo empreendidos na gestão eficiente de recursos e na ampliação de ações coordenadas com estados e municípios.

Por fim, lembramos que, principalmente no atual cenário de reabertura das atividades econômicas, o Poder Público precisa reforçar, junto à população, o engajamento em relação às medidas sanitárias preventivas contra a Covid-19, como o uso de máscaras da forma correta, a rigorosa etiqueta respiratória, a higienização frequente das mãos e o distanciamento mínimo entre as pessoas em locais públicos.

3. SUB-RELATORIA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

No âmbito das ações de controle e fiscalização a cargo do Tribunal de Contas da União, foi aprovado na sessão de 07/10 o Acórdão 2.709/2020-Plenário (relator Ministro Bruno Dantas), relativo ao acompanhamento das ações do Banco Central (Bacen), como regulador do Sistema Financeiro Nacional (SFN), relativas à crise da pandemia de Covid-19.

O TCU verificou que o Bacen implementou uma série de medidas de flexibilização de capital regulamentar e de incremento de liquidez no SFN. As medidas resultaram em um potencial incremento de R\$ 1,27 trilhão na liquidez do SFN, valor equivalente a 17,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

As medidas para aliviar, temporariamente, as exigências de capital das instituições financeiras culminaram em um aumento potencial da oferta de crédito da ordem de R\$ 1,35 trilhão, equivalente a 18,5% do PIB. O Tribunal entendeu que as medidas criaram uma conjuntura favorável para a evolução do volume de crédito concedido no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, o qual atingiu R\$ 1,17 trilhão, representando acréscimo de 119% em relação ao montante concedido apurado na etapa anterior do acompanhamento.

4. SUB-RELATORIA SISTEMA FINANCEIRO E CRÉDITO

4.1. Cenário

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – aprovou uma nova rodada de suspensão temporária de pagamentos. A medida consiste em uma atualização do standstill – que já suspendeu R\$ 12,4 bilhões, com benefício a 29 mil empresas que empregam quase 2 milhões de trabalhadores, e suspendeu financiamentos a 56 entes públicos (incluindo estados e municípios) no valor de R\$ 3,9 bilhões. De acordo com o BNDES a medida permitirá que se suspendam prestações em operações diretas com BNDES ou indiretas (instituições financeiras credenciadas). Os microempreendedores foram incluídos na medida e os que possuem operações BNDES Microcrédito podem suspender pagamentos por seis meses. Ainda, a medida foi direcionada a alguns setores econômicos que foram os mais impactados pela pandemia da Covid-19.

O Pronampe também deve entrar em uma nova fase (3ª fase) com mais R\$ 10 bilhões alocados ao Programa. Desta vez, a alavancagem será maior possibilitando que se liberem mais de R\$ 33 bilhões de recursos para as micros e pequenas empresas.

Estes recursos são essenciais uma vez que os efeitos da pandemia ainda são sentidos por grande parte das micros e pequenas empresas, que têm dificuldades de obtenção de recursos para financiar suas atividades.

A Comissão Mista da Covid-19 sediou audiência pública, originada por requerimento do Senador Esperidião Amin *para discutir as dificuldades do acesso ao crédito por parte das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais e a falta de previsão orçamentária direcionada para políticas públicas de crédito para os pequenos negócios no Orçamento de 2021.*

Ao longo da audiência uma série de convidados expressou as dificuldades do setor privado para obtenção de crédito. Foram convidados para expor suas ideias e sugestões: Ercílio Santinoni, que é Presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais (Conampe); Rosi Dedekind, Presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual de Santa Catarina (Fampesc); Cintia Ebert Huang, Vice-Presidente da União e Inovação da Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas (Ajoinpeme); Cláudia Cisneiros, Presidente da Associação Brasileira das Organizações de Microcrédito e Finanças (Abcred); Kedson Macedo, Presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confabras); Francisco Reposse Júnior, Diretor Comercial e de Canais do Sicoob, representando a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Silas Santiago, Gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional; Bruno Laskowsky, Diretor do Departamento de Conformidade e Prevenção a Fraudes do BNDES; Luciano Quinto Lanz, Chefe do Departamento de Conformidade, do BNDES; Neudson Peres de Freitas, Gerente-Geral da Unidade Clientes do Banco do Brasil; Celso Leonardo Barbosa, Vice-Presidente de Negócios e Varejo da Caixa Econômica Federal. A audiência também contou com a participação especial do Presidente do Sebrae Nacional, Carlos Melles.

O Senador Amin, sugeriu que os empresários se reunissem com as instituições oficiais concedentes de crédito e com o Sebrae para discutirem alternativas para os recorrentes problemas de acesso ao crédito. O senador catarinense também propôs o lançamento do Programa Juro Zero, a nível nacional. O Governo estabeleceria um limite de recursos financeiros para que ele subsidie o juro zero para micros e microempreendedores individuais (MEIs), via organizações de microcrédito, OSCIPs de

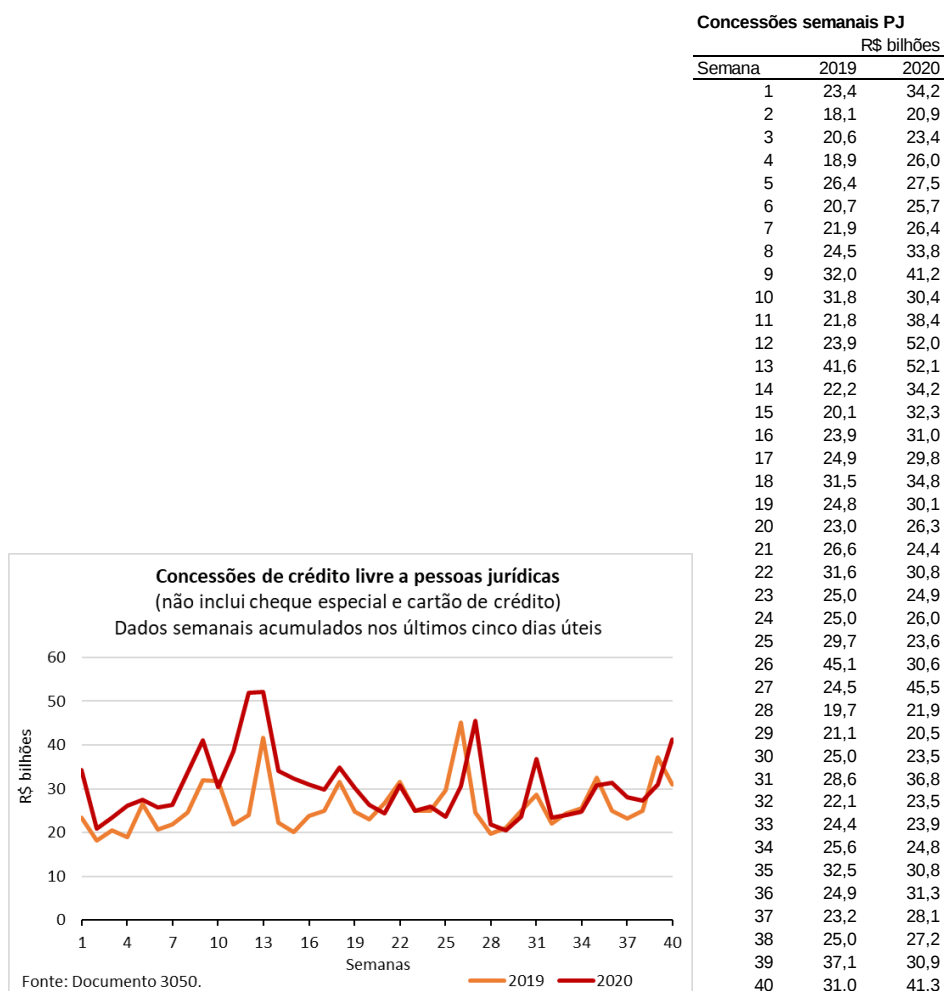
microcrédito, como ocorre no Estado de Santa Catarina. O programa catarinense opera com o limite de operação para MEIs, de R\$ 5 mil; e para microempresas, o limite é de R\$10 mil. E o Governo, em vez de subsidiar pela garantia, subsidiaria os juros dessas operações.

4.2. Concessão de Crédito Livre Pessoa Física e Pessoa Jurídica

De acordo com o BC, a concessão de crédito livre a pessoas jurídicas em 2020 manteve-se em patamares superiores ao observado no mesmo período de 2019. Assim, até a 40ª semana de 2020, foram liberados R\$ 1.221,0 bilhões. Ao passo que, até no mesmo período em 2019, foram liberados R\$ 1.044,0 bilhões, o que corresponde a um aumento de 17,0%. Para as pessoas físicas, até a 40ª semana de 2020, foram liberados R\$ 543,1 bilhões, ante R\$ 506,2 bilhões para o mesmo período de 2019. Um aumento de 7,3%.

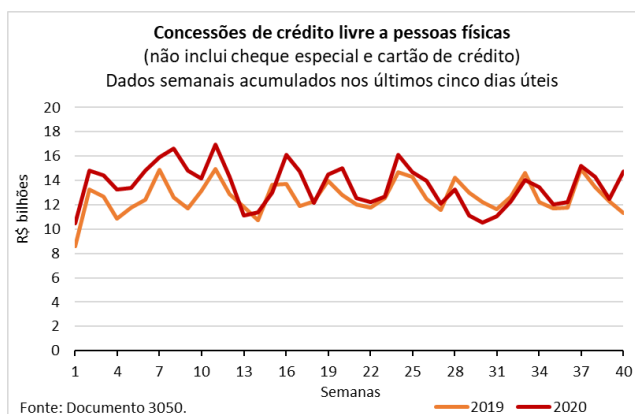
Ao todo, o crédito livre para as pessoas físicas e jurídicas até a 40ª semana de 2020 alcançou R\$ 1.764,1 bilhão, ante R\$ 1.550,2 bilhão em 2019. Um aumento de 13,8%.

A evolução dos dados do BC é resumida nos gráficos e tabelas a seguir.



Concessões semanais PF

Semana	R\$ bilhões	
	2019	2020
1	8,6	10,5
2	13,3	14,8
3	12,7	14,4
4	10,9	13,2
5	11,8	13,4
6	12,4	14,8
7	14,9	15,9
8	12,6	16,6
9	11,7	14,8
10	13,2	14,2
11	15,0	16,9
12	12,8	14,3
13	11,9	11,1
14	10,8	11,4
15	13,6	13,0
16	13,7	16,1
17	11,9	14,7
18	12,3	12,2
19	14,0	14,5
20	12,8	15,0
21	12,0	12,5
22	11,7	12,2
23	12,5	12,7
24	14,7	16,1
25	14,3	14,7
26	12,5	14,0
27	11,6	12,1
28	14,2	13,3
29	13,0	11,1
30	12,2	10,6
31	11,7	11,1
32	12,7	12,3
33	14,6	14,1
34	12,2	13,5
35	11,7	12,0
36	11,8	12,3
37	14,9	15,2
38	13,5	14,3
39	12,3	12,5
40	11,3	14,8



4.3. Contratações por Porte de Empresas e de Instituições Financeiras

O quadro abaixo mostra que as novas concessões têm sido ofertadas por todos os tipos de instituições, desde o segmento S1 (grandes bancos) até o S4/S5 (pequenas instituições, incluindo cooperativas de crédito), e que o crédito tem chegado às empresas de todos os portes, bem como às pessoas físicas.

Novas concessões de crédito - dados acumulados de 16/3 a 09/10/2020 (Banco Central)

* Inclui rolagem integral de operações de crédito, inclusive com crédito novo, bem

Segmentos	Novas contratações (2) (3)					Renovações*				
	Corporate	Middle	MPE	PF	Totais	Corporate	Middle	MPE	PF	Totais
S1 - públicos	52.707	24.014	55.867	179.747	312.335	14.229	47.787	26.626	119.939	208.581
S1 - privados	337.657	79.539	78.728	157.470	653.394	90.156	20.777	16.884	44.739	172.556
S2	76.355	18.880	2.900	36.952	135.087	5.605	601	156	340	6.702
S3	71.231	31.243	7.082	50.989	160.546	17.463	3.737	1.518	10.456	33.175
S4	22.806	23.102	4.948	14.397	65.253	2.298	3.740	234	6.802	13.075
Cooperativas (1)	2.868	21.192	33.416	56.083	113.558	719	2.611	2.939	4.089	10.358
Valor das operações	563.624	197.969	182.940	495.638	1.440.172	130.469	79.253	48.357	186.366	444.446

como renegociações com alteração de prazo, taxa de juros e garantias.

(1) Bancoob, Credicoamo e sistemas Sicoob, Sicredi, Cresol, Unicred, Uniprime e Ailos.

(2) Inclui debêntures no total de R\$48.840 milhões.

(3) Inclui programas governamentais para o crédito em função da Crise Covid-19.

4.4. Concessão de Crédito dos Programas Emergenciais

De acordo com dados fornecidos pelo Banco Central até 9 de outubro, os distintos programas governamentais de crédito já liberaram mais de R\$ 105,3 bilhões em mais de 641 mil operações.

SEGMENTO	PRONAMPE		PEAC-FGI		CGPE ^(a)		TOTAIS	
	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados
Microempresas	202.484	8.176,3	-	-	14.259	444,7	216.743	8.621,0
Pequenas Empresas	265.881	24.194,9	59.110	10.475,9	55.140	3.130,1	380.131	37.800,9
Médias Empresas	-	-	36.230	52.030,9	8.176	6.878,4	44.406	58.909,3
TOTAIS	468.365	32.371,2	95.340	62.506,8	77.575	10.453,2	641.280	105.331,2

(a) exceto operações inseridas também nos programas PESE ou PRONAMPE.

Essa semana, em relação ao PRONAMPE, pode-se verificar que foram contratados até 09/10, R\$ 32,37 bilhões. A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, destinou R\$ 15,9 bilhões ao Programa. Esses recursos se esgotaram rapidamente e por meio da Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020, foram destinados mais R\$ 12 bilhões ao Programa. Deste modo, foram alocados R\$ 27,90 bilhões para este Programa. Importante ressaltar que a relação de alavancagem até o momento é somente de 1,16.

As operações classificadas e elegíveis como CGPE, discriminadas por porte da instituição que recebe o recurso se encontram na tabela abaixo. As microempresas até 9 de outubro de 2020 receberam apenas R\$ 444,7 milhões dos R\$ 10,45 bilhões que foram destinados ao Programa.

SEGMENTO e ES	Classificados como CGPE		Elegíveis como CGPE		Total	
	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)
Microempresas	8.910	331,0	5.349	113,7	14.259	444,7
Pequenas Empresas	51.419	2.766,2	3.721	363,9	55.140	3.130,1
Médias Empresas	8.124	6.652,6	52	225,8	8.176	6.878,4
Total	68.453	9.749,8	9.122	703,4	77.575	10.453,2

Em consulta ao site do BNDES, verifica-se a existência de instituições financeiras habilitadas a receberem solicitações de financiamento no âmbito do PEAC-maquinhinhas, contudo não há registro de dados sobre as operações de crédito realizadas. A expectativa é a de que o programa consiga atender a um número relevante de micros e pequenas empresas, que são justamente as mais vulneráveis na crise atual.

O BNDES publica em sua página da internet os valores que foram objeto de financiamento para os outros programas de crédito em que atua. A Tabela abaixo (atualizada em 13 de outubro de 2020) apresenta os dados dos programas de crédito para folha de pagamento – PESE, suspensão de pagamentos (*standstill*), conta-Covid (crédito distribuidoras de energia), crédito a empresas do setor audiovisual, crédito a cadeias produtivas, plano emergencial para saúde, *matchfunding* salvando vidas e suspensão de pagamento (*standstill*) a estados e municípios.

Dados do portal do empreendedor ainda mostram que o Programa BNDES Giro já contratou créditos no volume de R\$ 3,099 bilhões com 20.806 contratos (atualizado em 9 de outubro de 2020).

O Fampe - Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas - avalizou, por sua vez, R\$ 2,25 bilhões, com 30.474 contratos (atualizado pela última vez em 2 de setembro de 2020).

Programas	Categorias	Valores
Crédito para folha de pagamento - PESE	empresas	7.000.100.000,00
Suspensão de pagamentos (standstill)	empresas	12.365.125.935,39
Conta-Covid: crédito a distribuidoras de energia	empresas	2.653.700.000,00
Crédito a empresas do setor audiovisual	empresas	135.355.000,00
Crédito Cadeias Produtivas	empresas	87.000.000,00
Plano emergencial para saúde	saúde	293.000.000,00
Matchfunding Salvando Vidas	saúde	73.000.000,00
Suspensão de pagamentos (standstill) a estados e municípios	governo	3.896.387.365,00

5. SUB-RELATORIA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

5.1. Valores Autorizados e Execução Financeira

No orçamento da União, as despesas autorizadas para o combate à Covid-19 alcançaram R\$ 605,0 bilhões em 13/10/2020, com pagamentos acumulados de R\$ 451,5 bilhões (74,6% do autorizado), conforme retratado na Tabela 1 adiante, que informa os valores mensais acumulados desde abril, por tipo de crédito orçamentário.

Tabela 1 – Autorizações e execução financeira acumulada por tipo de crédito

R\$ milhões							
TIPO DE CRÉDITO	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT*/2020
Créditos Extraordinários							
Dotação	252.839,5	319.191,8	404.170,5	509.278,9	511.273,8	603.653,3	603.751,6
Pago	60.441,9	113.793,8	210.978,1	273.715,2	366.793,1	440.366,3	451.260,4
% Execução	23,9%	35,7%	52,2%	53,7%	71,7%	73,0%	74,7%
Créditos Iniciais							
Dotação	194,3	253,6	327,5	690,1	703,5	749,8	1.276,1
Pago	2,0	8,0	23,7	56,6	111,9	193,0	205,7
% Execução	1,0%	3,2%	7,2%	8,2%	15,9%	25,7%	16,1%
Total							
Dotação	252.839,5	319.445,5	404.498,0	509.968,9	511.977,4	604.403,1	605.027,6
Pago	60.441,9	113.801,8	211.001,8	273.771,8	366.904,9	440.559,3	451.466,0
% Execução	23,9%	35,6%	52,2%	53,7%	71,7%	72,9%	74,6%

* Data da última extração do SIAFI: 13/10/2020

A Tabela 2, a seguir, detalha a execução financeira dos **créditos extraordinários** em nível de ações.

Tabela 2 - Execução das ações abertas por créditos extraordinários

R\$ milhões			
Ações orçamentárias	Autorizado¹	Pago	% Executado
00S4 - Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	254.240.000.000,0	223.659.428.389,3	88,0%
00SF - Auxílio Emergencial Residual	67.600.886.209,0	13.298.469.218,0	19,7%
00S7 - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	60.189.488.452,0	60.148.914.730,3	99,9%
21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51.641.629.500,0	26.564.422.695,5	51,4%
21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	49.657.590.370,0	38.089.939.402,7	76,7%
00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial / PESE	34.000.000.000,0	17.000.000.000,0	50,0%
00EE - Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) / Pronampe	27.900.000.000,0	27.900.000.000,0	100,0%
00ED - Integralização de cotas do FGI / Programa Emergencial de Acesso a Crédito	20.000.000.000,0	20.000.000.000,0	100,0%
00S3 - Auxílio Financeiro para Compensação dos Fundos de Participação	16.000.000.000,0	15.097.623.103,0	94,4%
00SG - Aporte ao BNDES para o Programa Emergencial de Acesso a Crédito PEAC – Maquininhas	10.000.000.000,0	5.000.000.000,0	50,0%
0454 - Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5.000.000.000,0	574.467.676,5	11,5%
8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	3.037.598.000,0	369.285.445,0	12,2%
00S8 - Auxílio Financeiro ao Setor Cultural	3.000.000.000,0	2.590.593.873,5	86,4%
00NY - Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético	900.000.000,0	900.000.000,0	100,0%
20TP - Ativos Cíveis da União	320.112.746,0	13.149.704,1	4,1%
00S9 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	160.000.000,0	0,0	0,0%
2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde	43.059.135,0	34.152.216,0	79,3%
2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.049.729,0	19.174.076,0	83,2%
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	20.000.000,0	0,0	0,0%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18.147.908,0	751.802,7	4,1%
Total	603.751.562.049,0	451.260.372.332,6	74,7%

Data da última extração do SIAFI: 13/10/2020.

1. Cabe esclarecer que os valores autorizados ainda não refletem a perda de eficácia de medidas provisórias (MPVs), tal como ocorreu no caso da MPV nº 943, de 3 de abril de 2020, que havia autorizado R\$ 34,0 bilhões em favor da ação “00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial”. Conforme Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 100, de 2020, a MPV nº 943/2020 teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de julho de 2020. Até essa data, haviam sido empenhados R\$ 17,0 bilhões no âmbito da ação 00S5.